

Art. 1º - Prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 1.947, de 14 de junho de 2019, publicada no D.O.U. nº 115, Seção 2, p.57, de 17 de junho de 2019, e tendo como último ato a recondução efetivada pela Portaria nº 2.171, de 07 de outubro de 2020, publicada no D.O.U. nº 195, Seção 2, p. 47, de 09 de outubro de 2020, referente ao Processo nº 00190.003699/2016-45.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO WALLER JUNIOR

PORTARIA Nº 2.869, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020

O CORREGEDOR-GERAL DA UNIÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 13, inciso IX, e o artigo 29 do Decreto nº 9.681, de 3 de janeiro de 2019, e o artigo 30, inciso I, da Instrução Normativa CGU nº 13, de 8 de agosto de 2019, e considerando o disposto no artigo 8º, § 2º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, que dispõe sobre a responsabilização de pessoas jurídicas, resolve:

Art. 1º - Reconduzir a Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização designada pela Portaria CRG nº 1.237, de 11 de maio de 2018, publicada no D.O.U. nº 91, Seção 2, p. 40, de 14 de maio de 2018, tendo como último ato a prorrogação efetivada por via da Portaria CRG nº 1.296, de 5 de junho de 2020, publicada no D.O.U. nº 108, Seção 2, p. 39, de 8 de junho de 2020, referente ao Processo nº 00190.105432/2018-53.

Art. 2º - Estabelecer o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para conclusão dos trabalhos da referida comissão.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO WALLER JUNIOR

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA PGR/MPF Nº 918, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso XX do artigo 49 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e do Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/MPF nº 1.00.000.014773/2020-70 e a Informação nº 15694/2020 (PGR-00418704/2020), resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria PGR/MPF nº 647, de 11/10/2002, publicada no Diário Oficial da União de 14/10/2002, no que se refere à concessão da vantagem disposta no artigo 5º, caput, e artigo 13, da Lei nº 9.624/1998, a ALMERINDO AUGUSTO DE VASCONCELOS TRINDADE, Subprocurador-Geral da República, matrícula 236-4, da Carreira do Ministério Público Federal, em atendimento ao Acórdão nº 3.137/2020 - TCU - Primeira Câmara, Sessão de 17/3/2020, com efeito financeiro a contar de 2/4/2020, data da ciência deste Órgão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

PORTARIA PGR/MPF Nº 922, DE 7 DE DEZEMBRO 2020

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso XX do artigo 49 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e conforme o disposto no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/MPF nº 1.00.000.015780/2020-99 e na Informação nº 15756/2020 (PGR-00420311/2020), resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria PGR/MPF nº 647, de 11/10/2002, publicada no Diário Oficial da União de 14/10/2002, no que se refere à inclusão da vantagem disposta no artigo 3º, da Lei nº 8.911/1994, a CELSO ROBERTO DA CUNHA LIMA, Subprocurador-Geral da República, matrícula 236-4, da Carreira do Ministério Público Federal, em atendimento ao Acórdão nº 3.137/2020 - TCU - Primeira Câmara, Sessão de 17/3/2020, com efeito financeiro a contar de 2/4/2020, data da ciência deste Órgão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

PORTARIA PGR/MPF Nº 923, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XX do art. 49 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o que consta no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/MPF nº 1.00.000.013781/2020-07, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria PGR/MPF nº 461, de 27/6/2002, publicada no DOU de 1/7/2002, que concedeu aposentadoria voluntária a HÉLIO JOSÉ TAVARES, Procurador Regional da República, matrícula 303-4, da Carreira do Ministério Público da União, motivada no Acórdão nº 1.121/2020 - TCU - Plenário, Sessão de 6/5/2020, com efeito financeiro a contar de 13/5/2020, data da ciência deste Órgão.

Art. 2º Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, a contar de 1/7/2002, a HÉLIO JOSÉ TAVARES, Procurador Regional da República, matrícula 303-4, da Carreira do Ministério Público da União, com fundamento no artigo 8º, incisos I, II e III, alíneas a e b, da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, combinado com os artigos 93, inciso VI, da Constituição Federal de 1988, na redação dada pela citada Emenda Constitucional, e 129, § 4º, da Constituição Federal de 1988.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

PORTARIA PGR/MPF Nº 976, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e da competência que lhe confere o art. 49, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o que consta do expediente nº PGR-00437237/2020, resolve:

Art. 1º Dispensar, a pedido, a contar de 7/1/2021, o Procurador da República JÚLIO CARLOS MOTTA NORONHA, da designação efetuada pela Portaria PGR/MPF nº 572, de 30/7/2015, publicada no Diário Oficial da União de 3/8/2015.

Art. 2º Fixar 15 (quinze) dias de período de trânsito, a contar de 7/1/2021.

Art. 3º Esta portaria produz efeitos a partir da data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

PORTARIA PGR/MPF Nº 977, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 49, inciso XII, alínea "a" da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o contido no documento nº PGR-00437237/2020, resolve:

Art. 1º Retificar a Portaria PGR/MPF nº 930, de 9 de novembro de 2020, publicada no D.O.U. de 10 de novembro de 2020, Seção 2, fl. 46, onde se lê:

"Art. 2º Após o período de trânsito de 15 (quinze) dias, a contar de 7/1/2021, o Procurador da República deverá entrar em exercício na titularidade de seu novo Ofício.

Parágrafo único. Em caso de dificuldades de movimentação e instalação decorrentes da Pandemia de Covid-19, a entrada em exercício dar-se-á em 15 (quinze) dias a contar de 7/1/2021, ficando diferido o período de trânsito para quando encerradas as restrições de circulação decorrentes de medidas sanitárias."

Leia-se:

"Art. 2º O Procurador da República entrará em exercício na titularidade do Ofício para o qual se removeu em 7/1/2021, momento em que inicia-se o período de trânsito de 15(quinze) dias.

§1º Em caso de dificuldades de movimentação e instalação decorrentes da Pandemia de Covid-19, fica diferido o seu período de trânsito para quando encerradas as restrições de circulação decorrentes de medidas sanitárias."

Art. 2º Esta portaria produz efeitos a partir da data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

PORTARIA PGR/MPF Nº 988, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 20 do Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal e tendo em vista o contido no Ofício nº 112/2020/GABPC/PR-RR, de 25 de novembro de 2020, da Procuradoria da República no Estado de Roraima, resolve:

Art. 1º Dispensar o Procurador da República RODRIGO MARK FREITAS do exercício da função de Procurador Regional dos Direitos do Cidadão da Procuradoria da República no Estado de Roraima, designado pela Portaria PGR/MPF 129, de 12 de fevereiro de 2020, publicada no D.O.U., Seção 2, pág. 66, de 14 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Designar o Procurador da República OSWALDO POLL COSTA para exercer, até 20 de janeiro de 2022, a função de Procurador Regional dos Direitos do Cidadão da Procuradoria da República no Estado de Roraima.

Art. 3º Esta portaria produz efeitos a partir da data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

PORTARIA PGR/MPF Nº 990, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 49, inciso XX e XXII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando o previsto no art. 24 do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014 e tendo em vista o que consta no Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.00.000.022911/2018-70, resolve:

Art. 1º Prorrogar, até 31 de janeiro de 2021, as designações contidas na Portaria PGR/MPF nº 1309, de 9 de dezembro de 2019, publicada no D.O.U., Seção 2, pág. 41, de 10 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta portaria produz efeitos a partir de 9 de dezembro de 2020.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

PORTARIA PGR/MPF Nº 991, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e considerando o previsto na Resolução nº 146, de 5 de agosto de 2013, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, resolve:

Art. 1º Incluir os Procuradores da República ALESSANDRO JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA, lotado no 15º Ofício da Procuradoria da República no Estado do Paraná; e ROBERSON HENRIQUE POZZOBON, lotado no Ofício único da Procuradoria da República no Município de Guarapuava/PR; e as Procuradoras da República LAURA GONÇALVES TESSLER, lotada no Ofício único da Procuradoria da República no Município de União da Vitória/PR; e LUCIANA DE MIGUEL CARDOSO BOGO, lotada no 2º Ofício da Procuradoria da República no Município de Umuarama/PR, na composição do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado no Estado do Paraná - GAECO/PR, instituído pela Portaria PGR/MPF nº 678 de 6 de agosto de 2020, publicada no D.O.U., Seção 2, pág. 35, de 10 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta portaria produz efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2021.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

PORTARIA PGR/MPF Nº 992, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 49, incisos XX e XXII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e considerando o previsto no art. 24 do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar, até 1º de outubro de 2021, a atuação conjunta com o procurador natural do 15º Ofício de Combate à Corrupção da Procuradoria da República no Estado do Paraná, dos seguintes membros do Ministério Público Federal:

I - Procurador da República ALEXANDRE JABUR, lotado 2º Ofício da Procuradoria da República no Município de Guarulhos/SP, nos Procedimentos nos 1.25.000.003933/2019-42, 1.25.000.004899/2018-42, 1.25.000.005107/2018-57, 1.25.000.004151/2020-64 e 1.25.000.004290/2020-98;

II - Procurador da República ANTONIO AUGUSTO TEIXEIRA DINIZ, lotado no 2º Ofício da Procuradoria da República no Município de Naviraí/MS;

III - Procurador da República ATHAYDE RIBEIRO COSTA, lotado no 9º Ofício da Procuradoria da República no Município de Campinas/SP;

IV - Procurador da República FELIPE D'ELIA CAMARGO, lotado no Ofício único da Procuradoria da República no Município de Joaçaba/SC;

V - Procurador da República FILIPE ANDRIOS BRASIL SIVIERO, lotado no 3º Ofício da Procuradoria da República no Município de Erechim/RS;

VI - Procurador da República JOEL BOGO, lotado no 1º Ofício da Procuradoria da República no Município de Uruguaiana/RS, nos Processos e Procedimentos nos 5058047-88.2014.4.04.7000, 5046795-54.2015.4.04.7000, 5045441-57.2016.4.04.7000, 5041434-17.2019.4.04.7000, 1.25.000.003800/2019-76, e 1.25.000.004041/2019-69;

VII - Procurador da República LEONARDO GONÇALVES JUZINSKAS, lotado no 4º Ofício da Procuradoria da República no Município de São João de Meriti/RJ;

VIII - Procurador da República PAULO ROBERTO GALVAO DE CARVALHO, lotado no 13º Ofício da Procuradoria da República no Distrito Federal, nos Processos e Procedimentos nos 5020175-34.2017.404.7000, 5016683-68.2016.404.7000, 5046846-65.2015.404.7000, 1.25.000.002054/2017-31, 1.25.000.003382/2017-55, 1.25.000.000867/2020-92 e 1.25.000.002436/2019-27;

IX - Procurador da República PAULO HENRIQUE CARDOZO, lotado no Ofício único da Procuradoria da República no Município do Oiapoque/AP; e

X - Procurador da República RAMIRO ROCKENBACH DA SILVA MATOS TEIXEIRA DE ALMEIDA, lotado no 4º Ofício da Procuradoria da República no Estado de Sergipe.

Art. 2º Suspender, até 1º de outubro de 2021, a designação dos ofícios de que são titulares os seguintes membros do Ministério Público Federal:

I - Procurador da República ALESSANDRO JOSE FERNANDES DE OLIVEIRA, lotado no 15º Ofício da Procuradoria da República do Estado do Paraná;

II - Procuradora da República LUCIANA DE MIGUEL CARDOSO BOGO, lotada no 2º Ofício da Procuradoria da República no Município de Umuarama/PR; e

III - Procurador da República ROBERSON HENRIQUE POZZOBON, lotado na Procuradoria da República no Município de Guarapuava/PR.

Art. 3º Preservar, até 31 de janeiro de 2021, os efeitos da Portaria PGR/MPF nº 790, de 9 de setembro de 2020, publicada no D.O.U., Seção 2, pág. 47, de 10 de setembro de 2020.

Art. 4º Fixar o período de trânsito de 15 (quinze) dias, a contar de 1º de fevereiro de 2021, para os membros alcançados pela presente portaria e pela Portaria PGR/MPF nº 790, de 9 de setembro de 2020, para residência na sede de seus respectivos ofícios, se acaso já não a tenham fixado.

Art. 5º Possibilitar a revisão das presentes designações em caso de remoção de qualquer um dos designados ou de mudanças de quantitativos de procuradores desonerados na respectiva unidade de origem.

Art. 6º Fixar a cessação da atuação conjunta somente após 30 (trinta) dias da apresentação de pedido ao Procurador-Geral da República nos casos de superveniente perda de interesse do membro na continuidade de sua designação.

Art. 7º Esta portaria produz efeitos a partir da data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS



PORTARIA PGR/MPF Nº 995, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 49, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de 1993, e na Portaria PGR/MPF nº 519, de 30 de agosto de 2012, resolve:

Designar o Subprocurador-Geral da República ODIM BRANDAO FERREIRA para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer a função de Ouvidor-Geral Substituto do Ministério Público Federal, até o dia 19 de novembro de 2022.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 1.354, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO INTERINO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 6º, inciso XXXII, e artigo 7º, inciso III, do Regimento Interno Administrativo do MPF, bem como pela Portaria PGR nº 683, de 26 de setembro de 2013, considerando o disposto no art. 9º - inciso I e art. 10 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o que consta do Processo nº 1.00.000.006651/2006-51, de conformidade com o trânsito em julgado de decisões exaradas no âmbito da Ação Civil Pública nº 0004612- 36.2007.4.01.3600, constante do Processo nº 1.00.000.009512/2019-02, e considerando a Informação nº 15964/2020 (PGR-00426527/2020), resolve:

1. Tornar sem efeito, por perda do prazo para posse, nos termos do § 1º e § 6º do art. 13 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a nomeação de ANTONIEL DE ANDRADE BARBOSA, constante da Portaria SG/MPU nº 1.244, de 2 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 07 de outubro de 2020, no cargo de TÉCNICO DO MPU/ADMINISTRAÇÃO, NÍVEL MÉDIO, CLASSE: "A", PADRÃO: 1, do Quadro de Pessoal do MPU, na Unidade da Federação: BAHIA.

2. Tornar sem efeito, por perda do prazo para posse, nos termos do § 1º e § 6º do art. 13 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a nomeação de RAFAEL SANTOS DA SILVA, constante da Portaria SG/MPU nº 1.251, de 2 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 07 de outubro de 2020, no cargo de TÉCNICO DO MPU/ADMINISTRAÇÃO, NÍVEL MÉDIO, CLASSE: "A", PADRÃO: 1, do Quadro de Pessoal do MPU, na Unidade da Federação: MATO GROSSO.

3. Tornar sem efeito, por perda do prazo para posse, nos termos do § 1º e § 6º do art. 13 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a nomeação de CRISTIANO NADALIN, constante da Portaria SG/MPU nº 1.252, de 2 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 07 de outubro de 2020, no cargo de TÉCNICO DO MPU/ADMINISTRAÇÃO, NÍVEL MÉDIO, CLASSE: "A", PADRÃO: 1, do Quadro de Pessoal do MPU, na Unidade da Federação: PARANÁ.

CLEUBER DELANO JOSE LISBOA FILHO

PORTARIA Nº 1.408, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO INTERINO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 683, de 26 de setembro de 2013, e considerando o artigo 6º, inciso XXXII, e artigo 7º, III, do Regimento Interno Administrativo do MPU, bem como considerando o disposto no art. 9º, inciso I, e art. 10º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de conformidade com a decisão favorável proferida nos autos da Ação de Procedimento Comum nº 0031169-72.2007.4.03.6100, constante do Processo Administrativo PGR/MPF nº 1.00.000.011813/2020-21, conforme Informação 17173/2020 da Secretaria de Gestão de Pessoas (PGR-00459020/2020), resolve:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria abaixo discriminada, para retirar a condição "sub judice", em atendimento ao disposto no art. 10 da Lei nº 8.112/1990:

I - Portaria SG/MPU nº 15, de 7/2/2012, publicada no dia 8/2/2012, que nomeou, em caráter efetivo, o candidato DANILLO AUGUSTO MESQUITA PIEDADE (SUB JUDICE), classificado em 12º lugar na listagem geral, em Concurso Público destinado para provimento de cargos do Quadro Permanente do Ministério Público da União, na categoria funcional de TÉCNICO DE APOIO ESPECIALIZADO, Área TRANSPORTE, Nível Médio, Classe "A", Padrão I, código TC20404, da Carreira de Técnico do Ministério Público da União, para a Procuradoria da República no Estado de São Paulo, do Ministério Público Federal, em vaga decorrente de vacância - Maurílio Lopes de Santana, CPF: 027.600.424-80, conforme Portaria/SG nº 79, de 22/01/2008, DOU de 23/01/2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUBER DELANO JOSE LISBOA FILHO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 638, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, CONSIDERANDO a solicitação constante do Tabularium nº 08191.128691/2020-79, resolve:

Art. 1º Suspende, com base no Despacho do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, Relator do processo nº TC 010.318/2020-1, do Tribunal de Contas da União - TCU, os efeitos da Portaria PGJ nº 583, de 29 de outubro de 2020, publicada no DOU nº 213, de 9 de novembro de 2020, por meio da qual foi excluída a vantagem pessoal nominalmente identificada, dos proventos da Promotora de Justiça aposentada RITA DE CÁSSIA MENDES DE SOUZA, matrícula 518.

Art. 2º Reincluir, em razão do disposto no art. 1º, a vantagem pessoal nominalmente identificada, correspondente a 2/10 de FC-05 e 2/10 de FC-08, nos proventos da referida aposentada, a contar de 9 de novembro de 2020, data em que a vantagem havia sido excluída.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO

PORTARIAS DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Nº 648 - Art. 1º Designar, a contar de 9 de dezembro de 2020, a servidora ELIANE GUIMARAES CASTRO, matrícula 3269-7, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Chefe de Gabinete de Coordenadoria Administrativa da Chefia de Gabinete da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Águas Claras, código CC04 (96001000), dispensando, em consequência, o servidor HENRIQUE DA COSTA SALLES, matrícula 4294-3 (Tabularium nº 08191.137765/2020-68).

Nº 649 - Art. 1º Exonerar, a contar de 30 de novembro de 2020, SANDRA DE OLIVEIRA JULIAO, matrícula 443-0, Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, do cargo em comissão de Chefe de Gabinete da Corregedoria-Geral, código CC02 (56000000) (Tabularium nº 08191.139029/2020-44).

ANDRÉ VINÍCIUS DE ALMEIDA

SECRETARIA-GERAL

PORTARIAS DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PJ, de 14/12/2018, resolve:

Nº 1.138 - Designar, a contar de 7/1/2021, o servidor HADSON ABREU DE OLIVEIRA, matrícula 5321-0, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Assistente de Gabinete de Promotoria da 2ª Promotoria de Justiça Especial Criminal da Coordenadoria das Promotorias de Justiça da Ceilândia, código FC-02 (72001083), dispensando, em consequência, o servidor MAX HAINN MARIANO DA SILVA, matrícula 4805-4 (Tabularium nº 08191.137430/2020-40).

Nº 1.143 - Designar, de 14 a 18/12/2020, o servidor MARCO TULIO DO PRADO E PAULO, matrícula 5511-5, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Assessor Chefe de Gabinete de Promotoria II da 2ª Promotoria de Justiça Criminal e do Tribunal do Júri do Núcleo Bandeirante da Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça de Brasília II, Guarã, Núcleo Bandeirante e Riacho Fundo, código CC-02 (90001019) (Tabularium nº 08191.140214/2020-81).

RENATO LUQUEIZ SALLES

PORTARIAS DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PJ, de 14/12/2018, de acordo com os termos do art. 12, § 3º, da Portaria PGR/MPU nº 32, de 30/8/2019, publicada no BS/MPF nº 9/2019, resolve:

Nº 1.139 - Designar a servidora PATRICIA BARBOSA DA SILVA RODRIGUES, matrícula 4158-1, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para substituir, no período de 9 a 11/12/2020, o cargo em comissão de Assessor Chefe da Assessoria de Acompanhamento e Fiscalização de Normas da Corregedoria-Geral, código CC-02 (55000004) (Tabularium nº 08191.138951/2020-14).

Nº 1.140 - Designar a servidora PATRICIA BARBOSA DA SILVA RODRIGUES, matrícula 4158-1, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para substituir, no período de 7 a 15/1/2021, o cargo em comissão de Assessor Chefe da Assessoria de Acompanhamento e Fiscalização de Normas da Corregedoria-Geral, código CC-02 (55000004) (Tabularium nº 08191.138945/2020-67).

Nº 1.141 - Designar a servidora ISABELLA ARTEIRO VIEIRA DE MELLO, matrícula 5689-8, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para substituir, no período de 7 a 11/12/2020, a função de confiança de Chefe do Serviço de Controle de Remoções e Desligamentos da Secretaria de Gestão de Pessoas, código FC-02 (62050096) (Tabularium nº 08191.139616/2020-33).

RENATO LUQUEIZ SALLES

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 1.343, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO INTERINO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso XXXII, e artigo 7º, inciso III, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 5/5/2015, de acordo com a informação prestada pela Secretaria de Gestão de Pessoas (PGR-00421549/2020) e tendo em vista o que consta do Procedimento de Gestão Administrativa MPF/PGR nº 1.00.000.018699/2020-61, resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora MARIA DE FÁTIMA UCHOA FERRER, matrícula nº 2534-8, Analista do MPU/Direito, Código AN, Classe C, Padrão 13, da Carreira de Analista do Ministério Público da União, com fundamento no artigo 3º, incisos I, II e III, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, combinado com o artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, em consonância com o artigo 186, inciso III, alínea a, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, aplicando-se a vantagem do artigo 62-A, da mesma Lei, acrescido pelo artigo 3º da Medida Provisória nº 2.225-45, de 4/9/2001, publicada no DOU de 5/9/2001.

Art. 2º Declarar vago o referido cargo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUBER DELANO JOSE LISBOA FILHO

PORTARIA Nº 1.412, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO INTERINO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso II, e artigo 7º, inciso III, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 5/5/2015, e tendo em vista o que consta do Procedimento Gestão Administrativa MPF/PGR nº 1.00.000.020324/2020-61, bem como o disposto na Informação 17323/2020 (PGR-00463340/2020), resolve:

Art. 1º Conceder pensão civil vitalícia a GICELMA SANTOS DO NASCIMENTO, na condição de cônjuge, a contar de 30/10/2020, data do falecimento do ex-Procurador-Regional da República aposentado VALDIR TELES NASCIMENTO, matrícula nº 244, Código MPF10201, da carreira do Ministério Público Federal, com fundamento nos artigos 16, inciso I, e 77, §2º, inciso V, alínea c, item 6, da Lei nº 8.213, de 24/7/1991, redação dada pela Lei nº 13.146, de 6/7/2015 c/c o artigo 23 da Emenda nº 103/2019, cabendo à beneficiária a cota familiar de 50% (cinquenta) por cento do valor dos proventos de aposentadoria a que fazia jus o instituidor acrescida de cota individual de 10 (dez por cento), perfazendo total de 60% (sessenta por cento), com revisão na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do regime geral de previdência social, nos termos do artigo 15 da Lei nº 10.887/2004.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUBER DELANO JOSE LISBOA FILHO

PORTARIA Nº 1.414, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO INTERINO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 6º, inciso XXXII, e artigo 7º, III, do Regimento Interno Administrativo, aprovado pela Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, tendo em vista o disposto nos artigos 35 - inciso II e 62 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no expediente PGR-00441345/2020, resolve:

1. Dispensar, a pedido, a partir de 18 de novembro de 2020, ELIZILENE ARRUDA DE SOUZA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 6782, da função de confiança de Secretária Nível I, FC-1, da Unidade de Apoio Descentralizado da Secretaria Geral do Ministério Público Federal.

2. Designar JOSE EVALDO GOMES VILELA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 30122, para exercer a função de confiança de Secretário Nível I, FC-1, da Unidade de Apoio Descentralizado da Secretaria Geral do Ministério Público, com exercício na Secretaria de Administração do Ministério Público Federal.

CLEUBER DELANO JOSE LISBOA FILHO



SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 565, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º, inciso I, alínea d, da Portaria nº 994, de 24 de agosto de 2020, e tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 1.25.000.005295/2020-38, resolve:

Declarar vago, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, a partir de 27 de novembro de 2020, o cargo de Técnico do MPU/Administração, classe B, padrão 8, da carreira de Técnico do Ministério Público da União, ocupado pelo servidor LUIZ HENRIQUE VICTORINO, matrícula nº 25207, nos termos do art. 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

ISABELA VIDIGAL BRAGA MENESES

PORTARIA Nº 569, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 1º - inciso II, alínea "n", da Portaria SG/MPF nº 994, de 24 de agosto de 2020, e tendo em vista o disposto no artigo 38, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no expediente PGR-00463836/2020, resolve:

1. Dispensar ADALMI NOGUEIRA DA MOTA, cedida ao Ministério Público Federal pelo Ministério da Economia, matrícula nº 7108, do encargo de substituta eventual do Subsecretário de Remuneração de Pessoal, CC-4, da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério Público Federal.

2. Designar LIA RAQUEL SALES SILVA, Bacharela em Contabilidade, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 16362, para exercer o encargo de substituta eventual do Subsecretário de Remuneração de Pessoal, CC-4, da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério Público Federal.

ISABELA VIDIGAL BRAGA MENESES

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 147, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria PGR nº 994, de 27 de setembro de 2019, e pelo inciso VI do artigo 26 do Regimento Interno Administrativo da Procuradoria Regional da República da 1ª Região, aprovado pela Portaria PRR1 nº 152, de 17 de setembro de 2019, e o que consta da Portaria PGR/MPU nº 32, de 30 de agosto de 2019, resolve:

Art. 1º Exonerar a servidora Flávia Soares Coelho Costa, matrícula MPF nº 22999, ocupante do cargo efetivo de Analista do MPU/Direito, do cargo em comissão de Assessor, Nível IV, CC-4, do gabinete da procuradora regional da República Luciana Marcelino Martins - GABPRR39.

Art. 2º Exonerar o servidor Alisson Cantanhede de Araújo, matrícula MPF nº 27735, ocupante do cargo efetivo de Analista do MPU/Direito, do cargo em comissão de Assessor, Nível IV, CC-4, de gabinete de procurador regional da República - GABPRR11.

Art. 3º Nomear o servidor Alisson Cantanhede de Araújo, matrícula MPF nº 27735, ocupante do cargo efetivo de Analista do MPU/Direito, para o cargo em comissão de Assessor, Nível IV, CC-4, do gabinete da procuradora regional da República Luciana Marcelino Martins - GABPRR39.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MEIRA DE VASCONCELOS ALBO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 678, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 33 e incisos do Regimento Interno do Ministério Público Federal (aprovado pela Portaria SG/MPF Nº 382, de 05 de maio de 2015), resolve:

1-Exonerar JULIA NICOLETI ZAMPRONI, matrícula nº 19845-5, Analista do MPU/Direito, da função de Assessor Nível II, CC-2, do Gabinete da Procuradora da República Dra. Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada, da Procuradoria da República no Estado do Paraná.

2-Nomear WILSON ALEXANDRO DOS SANTOS, matrícula nº 7780-1, Analista do MPU/Direito, para exercer a função de Assessor Nível II, CC-2, do Gabinete da Procuradora da República Dra. Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada, da Procuradoria da República no Estado do Paraná.

PAULA CRISTINA CONTI THA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 878, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições previstas no inciso II, artigo 50, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 e no artigo 56, inciso VI, do Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR/MPF nº 357, de 05/05/2015, resolve:

Art. 1º Dispensar RODRIGO STIDA DE MIRANDA, matrícula 22527, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, da Função de Confiança de Chefe do Setor de Pessoal, FC-1, da Procuradoria da República no Município de São Gonçalo.

Art. 2º Dispensar ERIKA DE SOUZA ARAUJO, matrícula 25581, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, da Função de Confiança de Assistente - Nível II, FC-2, do GABPR20, desta Procuradoria da República.

Art.3º Dispensar RAFAEL TADEU SALOMÃO SILVA, matrícula 22424, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, da Função de Confiança de Assistente - Nível II, FC-2, do GABPR42-RRP, desta Procuradoria da República.

Art. 4º Designar ERIKA DE SOUZA ARAUJO, matrícula 25581, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, para exercer a Função de Confiança de Chefe do Setor de Pessoal, FC-1, da Procuradoria da República no Município de São Gonçalo.

Art. 5º Designar RAFAEL TADEU SALOMÃO SILVA, matrícula 22424, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, para exercer a Função de Confiança de Assistente - Nível II, FC-2, do GABPR20, desta Procuradoria da República.

Art.6º Designar VITÓRIA GARCIA JORGE, matrícula 31119, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, para exercer a Função de Confiança de Assistente - Nível II, FC-2, do GABPR42-RRP, desta Procuradoria da República.

Art. 7º Publique-se, registre-se e cumpra-se.

RAFAEL ANTONIO BARRETTO DOS SANTOS

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 608, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições previstas no inciso II, artigo 50 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e no Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria n.º SG/MPF n.º 382, de 05 de maio de 2015, resolve:

Exonerar, a partir de 04/12/2020, a servidora contratada LAURA KAROLLINE FORTALEZA DE LARA, Matrícula nº 29668, do cargo em comissão de Assessora Nível II do Gabinete do Procurador Fernando Lacerda Dias, CC-2, da Procuradoria da República no Município de São José dos Campos.

MARCIO SCHUSTERSCHITZ DA SILVA ARAUJO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

PORTARIA Nº 226, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA SEGUNDA REGIÃO, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria PGT nº 1.728, de 02.10.2017, nos termos do artigo 92, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, , resolve:

Art. 1º - Designar a servidora VALESCA MARGARIDO PEREIRA MACHADO, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, matrícula nº 600.5670-3, para o encargo de Substituto do Chefe da Assessoria Jurídica do 2º Ofício Geral da Procuradoria do Trabalho no Município de Barueri, Código CC 2, no período de 14.12 a 18.12.2020, nas férias e afastamentos do titular.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO EDUARDO DE AMORIM

PORTARIA Nº 227, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA SEGUNDA REGIÃO, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria PGT nº 1.728, de 02.10.2017, nos termos do artigo 92, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, , resolve:

Art. 1º - Designar a servidora MARIANA LORETO MAIA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 600.6093-X, para o encargo de Substituto do Chefe da Assessoria Jurídica do 32º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, Código CC 2, no período de 14.12 a 19.12.2020, nas férias e afastamentos do titular.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO EDUARDO DE AMORIM

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

PORTARIA Nº 213, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, no uso de atribuições legais, Considerando o afastamento legal do Procurador Regional do Trabalho Nicodemos Fabrício Maia, Coordenador do GEAF - Grupo Especial de Atuação Finalística de Suporte, no período de 14 a 18 de dezembro de 2020,

Considerando a designação da Procuradora do Trabalho Giselle Alves de Oliveira como Vice-Coordenadora do GEAF, por meio da Portaria 1600/2020 do Procurador-Geral do Trabalho, resolve:

Art. 1º Designar a Procuradora do Trabalho Giselle Alves de Oliveira para assumir a Coordenação do GEAF no período de 14 a 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na presente data.

MARIANA FÉRRER CARVALHO ROLIM

PORTARIA Nº 214, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, no uso de atribuições legais,

Considerando a impossibilidade de participação do Procurador Regional do Trabalho Nicodemos Fabrício Maia, titular do 3º Ofício Especializado da PRT 7ª Região, nas sessões de julgamento telepresenciais da 3ª Turma, dos dias 7 e 10/12/2020 e 19/11/2020, , resolve:

Art. 1º Designar a Procuradora do Trabalho Natasha Campos Barroso Rebelo para atuar nas sessões de julgamento telepresenciais da 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, dos dias 7 e 10/12/2020, a partir de 9h00.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

MARIANA FÉRRER CARVALHO ROLIM

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PORTARIA Nº 258, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que consta no PGEA nº 20.02.1500.0002377/2019-66, resolve:

Art. 1º Designar o Procurador do Trabalho EVERSON CARLOS ROSSI para o encargo de Coordenador da Coordenadoria de 1º Grau desta Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, no período de 11.12.2020 a 10.01.2021.

Art. 2º Designar a Procuradora do Trabalho ALVAMARI CASSILLO TEBET para o encargo de substituta do Coordenador da Coordenadoria de 1º Grau desta Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, no período de 11.12.2020 a 10.01.2021.

EDUARDO LUÍS AMGARTEN
Procurador-Chefe em exercício

Tribunal de Contas da União

PORTARIA-TCU Nº 195, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 70, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e tendo em vista as informações constantes do processo nº TC-004.187/2017-2, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA voluntária, com proventos integrais, à servidora SIMARA GORETE GONÇALVES LARA, matrícula 767-6, no cargo de Auditor Federal de Controle Externo, Área Controle Externo, Especialidade Controle Externo, Classe Especial, Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, assegurada pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, acrescida das vantagens previstas no art. 15, § 1º, da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, e no art. 67 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, asseguradas pelo art. 13 da Lei nº 9.624, de 2 de abril de 1998.

JOSÉ MUCIO MONTEIRO

